



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Espinheira, Gey

VIOÊNCIA E POBREZA: janelas quebradas e o mal-estar da civilização

Caderno CRH, vol. 18, núm. 45, septiembre-diciembre, 2005, pp. 461-470

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632238010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

VIOÊNCIA E POBREZA: janelas quebradas e o mal-estar da civilização

Gey Espinheira

DOS POBRES A POBREZA

É por demais sabido o espírito pragmático dos americanos. Um povo cuja cultura tem uma característica de destaque: a prática, ou melhor, a tendência à simplificação para a proposição de soluções. Poderíamos dizer, em outras palavras, que todo o problema é visto pelo ângulo de uma possível solução ou redução de efeitos perversos.

O pragmatismo, universalmente reconhecido como traço cultural anglo-americano, tem sua vantagem e desvantagem; entre a primeira, a forma decisiva como atuam na busca de solução do problema detectado; já entre as de segunda ordem, a pressa em estabelecer relações, ou correlações, que efetivamente não se processam como causa e efeito, no mais das vezes, sem uma relação direta. Vale a recomendação do clássico Durkheim quando demonstra ser falsa a simplificação de relações entre duas variáveis sem o devido exame de outros fatores que intervêm na configuração de fatos sociais.

A teoria da “*Broken Windows*” é um desses achados americanos que encantam pela simplicidade de suas conclusões e pela aparente verdade

que comunicam. James Q. Wilson e George L. Kelling foram os responsáveis pela divulgação da idéia “cientificamente” trabalhada de que sinais pessoais e sociais de decadência, quando não corrigidos, indicam que o processo de decadência prossegue e culmina em desastre, abrindo portas para crimes sérios. “*One unrepaired broken Windows is a signal that no ones cares, and so breaking more Windows costs nothing*” (Miller, 2001).

A idéia situa as pessoas em seus aspectos mais aparentes e manifestos, sobretudo dentre aquelas que se caracterizam pela pobreza. Um conjunto de sinais estaria a indicar o tipo de reação que as pessoas teriam diante de determinados fatores sociais de decadência. É sempre perigoso transpor traços psicológicos para o social, em que pese o fato de ser o indivíduo um ser social. O social, como se sabe, é mais amplo e muito mais profundo do que o meramente individual. Loïc Wacquant (2001) dedicou-se, em “as prisões da miséria”, a examinar essa tendência americana analisando as conclusões de alguns autores celebrados nos Estados Unidos, que ganharam um vertiginoso presti-

gio nos meios midiáticos e acadêmicos, mas também governamentais, na medida em que subsidiam políticas públicas. *"The Bell Curve: intelligence and class structure in American life"*.

Nova York, *Free Press*, 1994, dos autores Charles Murray e Richard Herrnstein, é um exemplo maior. Mas os americanos são pródigos na produção de teses conclusivas a respeito do mundo social, como neste caso em que o QI (quociente de inteligência) é o índice a medir o sucesso social das pessoas, avaliando-as em seus resultados. Uma das conclusões apontadas por Wacquant é a da concentração de pessoas com uma mesma identidade em certos espaços das cidades, constituindo massa de pobres, favelados e desordeiros, consumidores de assistência social e dependentes do Estado, tornando-se, portanto, supostamente, peso morto para a sociedade.

Essas teorias realimentam a velha tese da cultura de pobreza,¹ em que a pobreza empobrece a cultura, formando um círculo vicioso a depreciar os que se encontram nesta condição de vida. Assim, os pobres tenderiam a se juntar em ambientes naturalmente pobres e empobrecidos com a tendência única de acentuação do quadro social de pobreza, como se fosse uma necessidade ecológica. Este argumento seria suficiente para desestimular esforços sociais no sentido da promoção social de pessoas ou grupos sociais em situação de pobreza, uma vez que os indivíduos seriam, eles próprios, por sua capacidade cognitiva, responsáveis pela situação em que se encontram.

Sendo o QI dado da natureza, genético, portanto, não caberia ao Estado intervir na vida social, ou, nas palavras de Wacquant a interpretação subjacente: *"o Estado deve se abster de intervir na vida social para tentar reduzir desigualdades fundadas na natureza, sob pena de agravar os males que tenta atenuar perpetuando" 'as perversões, do ideal igualitário surgido com a Revolução Francesa'.* Pois, *'sejam jacobitas [sic] ou leninistas, as tiranias igualitárias são desumanas: são inumanas'.*

Wacquant cita a obra consultada em suas páginas 167 e seguintes, recomendando, ainda, a leitura de uma outra que denominou de *"uma crítica devastadora e definitiva desse compêndio do senso comum racista e conservador"* (p.154), remetendo a Claude Fischer *et al.*, *Inequality by Design: Cracking the Bell Curve Myth* (Princeton, Princeton University Press, 1996).

O sucesso desses trabalhos de cientistas sociais americanos que assessoram administradores públicos e privados tem uma imediata repercussão em todo o mundo dada a divulgação das idéias pelos meios midiáticos, mas também pelo circuito científico das universidades através de seminários, simpósios e outros encontros do gênero; mas o relevante em tudo isso é a intencionalidade de tais estudos, o endereço certo que têm como tese a defender algo previamente estabelecido e que se quer definitiva e cientificamente provar, como é o caso das pessoas socialmente desfavorecidas responsáveis diretos por sua condição social.

ELEITOS E ABANDONADOS

Poderíamos dizer que o centro dessa visão está no puritanismo americano, do sujeito "acústico" de que fala Morse (1988, p. 47) e que vale a pena resgatar a sua pequena e procedente análise do trabalho de Weber, a partir da recorrência ao pensamento tomista e da síntese teológica protestante realizada por John Gerhard (1582-1637):

Os dois modos de conhecimento por ele identificados surgem da distinção de Lutero entre crenças sobre Deus e fé em Deus, entre uma crença adquirida de que Cristo morreu e ressuscitou e a 'verdadeira' fé ou certeza interior de que Ele o fez 'por mim e por meus pecados'. O primeiro é um conhecimento 'teórico' baseado no reconhecimento intuitivo de um princípio verdadeiro; o segundo é um conhecimento 'acústico' adquirido mediante a palavra concretamente ouvida como a voz de Deus. Em termos práticos, o conhecimento teórico permite a aplicação prudente e casuística de verdades gerais a casos particulares, ou viver de acordo com princípios reconhecidos como verdadeiros. O conhecimento acústico é uma apreensão direta da palavra de Deus vinda do além, ou o que Weber chamava de

¹ LEWIS, Oscar. *La vida: a puerto rican family in the culture of poverty*. N.Y., Random House.

'capacidade do pneuma de experimentar o êxtase'. O primeiro associado a um sentido da visão interior, ou intuição, orienta a conduta; o segundo, vinculado a um sentido interior da escuta, ou audição, transforma a pessoa.

Pode parecer apressada a relação, mas cabível, da ética protestante calvinista da predestinação aplicada de modo transversal a certas situações em que os indivíduos são vistos como seres inferiores, ou, teologicamente, fazendo parte daqueles abandonados por Deus, como se pode ver no Capítulo V (da Providência) n. 6, citado por Weber (*ibid.* p. 69):

Para aqueles homens maus e sem Deus, a quem Ele, como juiz imparcial, cegou e endureceu por antigos pecados, Deus não só negou Sua graça pela qual teriam sido iluminados em seu entendimento e dilatados em seu coração, como também às vezes retirou os dons que tinham e os expôs a objetos que sua corrupção transformou em ocasiões de pecado, e, além disso, abandonou-os à própria luxúria, às tentações do mundo e ao poder de Satanás, pelo que eles endureceram mesmo por aqueles meios que Deus usa para o abrandamento de outros.

Ora, só alguns são, e estão entre, os escolhidos: *"todos aqueles, e somente aqueles, que predestinou à vida, por Sua palavra e espírito..."* (*ibid.* p. 69). Seria, por analogia, lógico supor que aqueles que se encontram em situação de corrupção, deixados à própria luxúria, estivessem entre – e fossem os – abandonados de Deus, a quem Deus *"não só negou Sua graça... como retirou os dons..."*. Se, assim se pode racionalizar do ponto de vista teológico, do político, por analogia, o Estado deveria abster-se de interferir entre os abandonados de Deus, pelo simples fato de que sua ação seria ineficaz e implicaria em custos sociais significativos.

O modo de pensar guiado por uma mentalidade puritana condiciona o julgamento da condição humana como algo irreversível, assim como um elemento ou fator da natureza, do que seria imutável, pelo menos à ação política. O psicologismo se volta para a identificação de fatores da natureza, como o QI, e a partir dele e da concentração de pessoas com índices próximos ou equivalentes, a tecer teorizações subsidiárias de tendências ecológicas à aglutinação de seres apa-

rentados.

Os contextos sociais desaparecem, como bem analisado por Wacquant, para ficar tão somente a ação do indivíduo, este congelado, assim como a sua ação, no tempo e fora dele, como um ato em si e para si, na simplificação da sentença: *"o culpado do crime é o criminoso"*.

É no próprio Weber, em uma de suas indispensáveis notas, a de n. 20, do capítulo I, que se pode reconhecer as transformações que se processam nos indivíduos quando estão sob a influência de circunstâncias especiais, como se pode ver nos comentários do autor:

A mesma jovem polonesa, que em sua pátria não era libertada de sua preguiça tradicional por nenhuma chance de ganhar dinheiro, por mais tentadora que fosse, parece alterar toda a sua natureza e tornar-se capaz de realizações ilimitadas quando colocada na condição de trabalhador migrante num país estrangeiro. O mesmo se dá com os trabalhadores migrantes italianos. [...] O simples fato de trabalhar num meio diferente daquele ao qual se esteja acostumado rompe com a tradição e constitui uma força educativa. É quase desnecessário notar quanto ao desenvolvimento econômico norte-americano resultou de tais fatores.

Voltemos ao tema central em discussão, ou seja, a teoria da *Broken Windows*, cujo paradigma tem sido utilizado para a alimentação da ideologia da intolerância como um componente fundamental da ordem pública contemporânea. Pequenos vestígios de desordens seriam sinais de grandes acontecimentos criminosos, de tal modo que uma política preventiva poderia ser posta em prática desde quando se pudessem captar esses sinais anunciadores das desordens sociais, com grandes vantagens em termos de custos públicos de manutenção da ordem.

Entre os pobres as janelas estão mais freqüentemente quebradas e são entre eles os que mais freqüentemente também não as consertam. Sinais de decadência, portanto, são anunciadores de desgraças. A pobreza é criminalizada não por sua situação em si mesma, ou seja, a sua condição, mas pelo que pode desencadear na e para a sociedade em volta, para o entorno do qual a periferia torna-se uma ameaça permanente. Há muito

os pobres são vistos como pertencentes às classes perigosas. Wacquant (2001, p. 25) se volta para os autores da *“Broken Windows theory”*, enfatizando: *“essa pretensa teoria sustenta que é lutando passo a passo contra pequenos distúrbios cotidianos que se faz recuar as grandes patologias criminais”*. Conclui Wacquant:

Essa teoria, jamais comprovada empiricamente, serve de álibi criminológico para a reorganização do trabalho policial empreendida por William Bratton, responsável pela segurança do metrô de Nova York promovido a chefe de polícia municipal. O objetivo dessa reorganização: refrear o medo das classes médias e superiores – as que votam – por meio da perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos (ruas, parques, estações ferroviárias, ônibus, metrô etc.). Usam, para isso três meios: aumento em 10 vezes dos efetivos e dos equipamentos das brigadas, restituição das responsabilidades operacionais aos comissários de bairro com obrigação quantitativa de resultados, e um sistema de radar informatizado (com arquivo central sinalético e cartográfico consultável em microcomputadores a bordo dos carros de patrulha) que permite a redistribuição contínua e a intervenção quase instantânea das forças da ordem, desembocando em uma aplicação inflexível da lei sobre delitos menores tais como a embriagues, a jogatina, a mendicância, os atentados aos costumes, simples ameaças e “outros comportamentos anti-sociais associados aos sem teto”, segundo a terminologia de Kelling.

No caso específico dos Estados Unidos, o aprimoramento do policiamento é a resposta governamental à questão da criminalidade; não se focam as causas da criminalidade, mas as formas e o controle, mesmo quando se reconhecem que as condições sociais são fatores contribuintes para os comportamentos transgressores e criminosos. As teorias em voga jogam com os sentimentos difusos da população que tem uma noção – ainda que confusa – da violência como um estado de espírito e cujo sentimento imediato e reação automática são o medo e as cautelas decorrentes que moldam comportamentos de suspeição na vida cotidiana. O outro, o diferente, o estigmatizado, é também o inimigo, a ameaça constante e o perigo iminente.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEDO

A institucionalização do medo é corolário da aceitação tácita do crime como normalidade social, como uma resposta da sociedade a questões estruturais, a exemplo do desemprego ou do tráfico de drogas, complexo de atividades que gera uma diversidade de situações favoráveis às transgressões e ao crime. Portanto, diante do inevitável ou do insolúvel no plano das políticas próximas, a exemplo da esfera municipal, a resposta é de caráter paliativo, mas ao mesmo tempo eficaz, para controlar a segurança pública em limites toleráveis pelas expressões mais comuns da vida cotidiana, na representação dos hábitos de vida da maioria dos habitantes, no ir e vir a qualquer hora do dia e da noite e na freqüência aos lugares públicos.

O reconhecimento do estado de violência produz alterações comportamentais significativas, com diferentes respostas sociais, mas também uma permanente pressão da mídia e das associações da sociedade organizada em relação aos órgãos governamentais encarregados da segurança pública.

Os tempos e os espaços do crime² são diferenciados, assim como os atores que encenam os gestos dramáticos das cenas criminosas. Portanto, não estão todos, a todo ou ao mesmo tempo, sujeitos à violência, mas de modo diferenciado, ou seja, uns mais que outros; ou, em certas circunstâncias, qualquer um, desde que esteja no lugar errado e na hora certa, como se diz no senso comum, como a representar o acaso infeliz em que a pessoa é abatida por um fato desastroso quando aquilo que não é socialmente esperado, e estatisticamente provável, torna-se um acaso para um destino pessoal.

Mas, é preciso ter-se em conta que a posição de classe social e, conseqüentemente, onde e como mora em uma cidade são fatores ligados às condições estruturais da sociedade, e isso é o que enfatiza a distinção dos destinos pessoais na vida cotidiana ligados aos das classes sociais a que pertencem.

² Cf. artigo homônimo de Gey Espinheira in *A Outra face da moeda: violência na Bahia* (vide bibliografia).

O exemplo inequívoco e contundente dessa distinção é encontrado no corte social e étnico quando se analisa comparativamente os grupos afros-descendentes – eufemisticamente “outsiders” – e os “estabelecidos”, para usar aqui a terminologia de Noberto Elias e John L. Scotson (2000), no quadro das classes sociais em que o recorte de cor tem significado maior. São os negros e todos os demais tons que derivam dessa cor matriz os mais sacrificados pela violência, tanto a da proximidade, isto é, a decorrente da intolerância da vida comunitária, da vizinhança,³ como a desencadeada pelas polícias, Civil e Militar, no curso da vida cotidiana, sobretudo os jovens, de modo que as faixas em maior risco são as das idades de 14 a 25 anos, predominando as pessoas do sexo masculino.⁴

EFERVESCÊNCIA DA VIDA

A vida na juventude tende a ser mais intensa que em outros ciclos vitais, por ser a adolescência uma fase efervescente de formação e de transição para a vida adulta consolidada, valendo maiores riscos pessoais e ao mesmo tempo maiores liberdades culturais para certas formas de transgressão. Bourdieu (1983, p. 114) se refere a uma “irresponsabilidade provisória” e concluiu que estes “jovens estão numa espécie de *no man's land* social, são adultos para algumas coisas, são crianças para outras, jogam nos dois campos”.

A efervescência da vida na fala Octavio Paz (1984, p. 13), referindo-se à solidão, situa a adolescência como um momento muito próprio: “*o adolescente vacilante entre a infância e a juventude, fica suspenso um instante diante da infinita riqueza do mundo. O adolescente se assombra com ser*”. A adolescência é uma estação da vida que pode ser comparada com o verão brasileiro, mais

do que com a primavera, esta que se anuncia, no Norte do Planeta, no mês de abril, “*o mais cruel dos meses, germinando lilases da terra morta, misturando memória e desejo, avivando agônicas raízes com a chuva da primavera*” (T.S. Eliot. 2004, p. 139).

Na adolescência a existência se expande de forma vertiginosa na ampliação estética do ser, na necessidade de compartilhar a solidão que assombra o ser, da necessidade do outro, de outros com quem se possa comunicar e, certamente, amar. A sociabilidade tem o seu lugar e o ser, inquieto pelas convocações existenciais quer cumplicidade, mais ainda a cumplicidade amorosa.

EMBRIAGUÊS E EBRIEDADE: o canto de Dionísio

Os fatos sociais são produtos da vida social e tendem a se intensificar na relação direta com a efervescência da vida social em sua sazonalidade, como já havia sido demonstrado por Durkheim em seu clássico estudo sobre o suicídio, que se tornou paradigmático. Não é, portanto, por acaso, em que os maiores conflitos, com os mais elevados índices de crimes ocorram em momentos de comemoração, em festas de rua, em finais de semana e dias feriados, conseqüentemente aqueles em que as atividades sociais alcançam maiores intensificações.

Vale registrar a matéria publicada na edição de segunda-feira, dia 26 de dezembro de 2005, página 8, o primeiro dia útil da semana e o seguinte ao Natal, com o título “*Violência marca a noite de Natal*”:

A noite de Natal em Salvador foi marcada pela violência com o registro de seis assassinatos, várias pessoas baleadas e outras espancadas. Os bairros do subúrbio ferroviário foram os locais mais violentos durante as comemorações natalinas, registrando dois homicídios, sete baleados e outras pessoas gravemente feridas.

A celebração da vida na intensificação dos contatos sociais proporciona, portanto, os momen-

³ Cf. ESPINHEIRA, Gey. Proximidade e intolerância. In Espinheira, G. *et alii*. *Sociabilidade e violência* (vide bibliografia).

⁴ Cf. SANTOS, José Eduardo Ferreira. *Travessias: a adolescência em Novos Alagados* (vide bibliografia).

⁵ *Terra desolada*. I. O enterro dos mortos.

tos mais elevados de conflitos potenciais, sobretudo quando as pessoas se envolvem com a alteração do estado de consciência e dos sentidos através do uso de substâncias psicoativas, dentre as quais o álcool é socialmente reconhecido como o maior responsável por conflitos interpessoais e crimes, notadamente o homicídio.

Em seu ensaio sobre as virtudes da “ebriedade”, o destaque de outros usos do álcool e da miséria humana, Onfray (1999, p. 71) supõe certa condição humana que leva o indivíduo a perder-se de si mesmo, sofrer e fazer sofrer outros em decorrência de sua miséria social, a exemplo da situação e da condição que ele descreve:

Ora, o esquecimento de si e a amputação de uma das mais ricas partes de si não acontecem sem dores, conscientes ou inconscientes, sem perturbações e inquietudes. O desejo de ser outro, mesmo por alguns momentos, breves, está enraizado numa insatisfação metafísica anterior. O trágico não está longe. O desejo psicotrópico está enxertado numa frustração existencial. O tempo contado, os desejos, mais numerosos que os prazeres, a submissão generalizada ao princípio de realidade desde os primeiros momentos da vida, a monotonia de uma existência em comparação à qual o imaginário e o hipotético sussurram, a insatisfação dominando com frequência, tudo convida a sofrer o cotidiano como um peso que, por vezes, faz sentir dolorosamente sua natureza.

Como agravante, agentes da ordem pública destacam hábitos comportamentais e poder aquisitivo da população, a exemplo do consumo de bebidas destiladas, cujo feito rápido e de baixo custo, logo se faz sentir na proliferação de conflitos em razão da embriaguez das pessoas. Beber cachaça ao invés de cerveja, como se daria em classes sociais mais elevadas, é sintomático das populações de baixo poder aquisitivo, que logo ficam tomadas pelo álcool.

Há uma forte convergência na indicação do consumo de álcool como um problema social maior, como disposição dos indivíduos para conflitos que podem resultar em mortes, como registram os dados de delegacias sempre que se processam festas e comemorações, o que faz com que os tempos livres do trabalho e as atividades lúdicas e de lazer se traduzam nos riscos sociais mais elevados.

O corte de classe social e os álcoois fortes dos mais pobres não diferem do potencial para a violência dos mais ricos e dos seus sofisticados álcoois fortes, que dentre eles reina o uísque, com toda a sua potência e simbologia, em contraste com a cachaça, bebida das classes subalternas. Em ambos os casos o potencial de violência vem da frustração, dos sofrimentos, da miséria humana que se pode medir com diferentes instrumentos em suas múltiplas razões.

Atualmente, como medidas profiláticas contra a violência, o fechamento de bares em certos bairros e horários, em São Paulo, e o exame da questão na cidade do Salvador, tem levantado discussões acirradas, contra e a favor, atribuindo-se às substâncias psicoativas uma causalidade da violência, embora se saiba que esta reação está ligada à condição concreta da existência e a violência é uma das respostas às condições de opressão, quaisquer que sejam, materiais ou simbólicas, ou ambas a um só tempo.

Recorramos, mais uma a Onfray (1999, p. 68) em seu elogio da ebriedade, mas também a sua condenação da embriaguez, “*essas práticas, que fazem do usuário um objeto que se sujeita e não um sujeito que deseja*”. Mas, diz-nos o filósofo:

Dionísio é necessário quando Apolo triunfa em toda linha, o que se dá em nossa civilização. Com Mal-estar na civilização, Freud demonstrou de maneira magistral que o preço a pagar pela instalação de uma forma cultural durável é a renúncia às paixões, aos impulsos e aos instintos. Esse abandono é causa do mal-estar, sofrimento e dores, melancolias e neuroses. Ele cria pressões, pesos e transfigura a existência em caminho da cruz. O desejo é considerado uma maldição, o prazer uma falta, o gozo um pecado. Restam a compunção, as ações de graça e os terços. Ou o vinho, entre outras maneiras de desatar o corpo quanto a alma pela dança do espírito que ele permite.

A sociedade do trabalho torna-se, na sociedade contemporânea da suposta pós-modernidade, sociedade do prazer. Dionísio toma o seu lugar e convoca para os cortejos bacantes, para as migrações lúdicas, para as expressões mais vivas da estética, de todo o corpo, de todos os sentidos, eles próprios aguçados pelas substâncias mágicas que

sensibilizam, embora também os tornem opacos e insensíveis quando os limites são ultrapassados. É tudo uma questão de domínio, do saber, da educação dos sentidos... E assim seria, não fosse a realidade inelutável do mal-estar na civilização.

NOSTALGIA DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

O senso comum, nostálgico, procura resgatar a família como grupo social básico que teria sido responsável pela boa socialização no passado, quando imperava respeito aos mais velhos e aos papéis de pai e mãe, e a vida comunitária estava acima dos interesses individuais. Este outro tempo, localizado na memória dos mais velhos, tem a família como uma instituição forte e eficaz na socialização e na educação social para a vida cotidiana. É a transformação neste grupo social a principal resposta ao caos social, em que a extrapolação de limites e de respeito às pessoas instauram uma ordem social sem hierarquias e sem referências morais seguras na vida cotidiana, sobrecarregando a escola e a própria polícia na solução de conflitos interpessoais.

Os educadores se queixam da sobrecarga disciplinar a que estão obrigados pela falta de educação familiar da maioria dos jovens, sobretudo nos estabelecimentos públicos dos bairros populares, em que a vida social nas escolas tornou-se particularmente problemática, com índices crescentes de fatos violentos, de agressões a homicídios, tanto entre os estudantes como em relação a funcionários e professores, como se a escola tivesse mudado de sentido e até mesmo de função, o que se torna mais válido quando são vistos os cursos noturnos.

As famílias, por seu lado, registram os sinais evidentes da crise do grupo, cuja manifestação mais ostensiva é a da ausência do parceiro masculino adulto, pai biológico ou emprestado, exilado de casa por uma ou várias razões que tornam a vida familiar em comum insuportável para um ou mais membros do grupo. Pode-se argüir que a causa mais freqüente é a da incapacidade

financeira da pessoa em arcar com o provimento das condições materiais de existência de modo sistemático; essa falência acarreta perda de status e de autoridade, revela o adulto como um fracassado e incapaz de dar respostas às demandas dos mais jovens, mas também da mulher que está sempre mais adaptada à sobrevivência diante de condições adversas do que o homem. O conflito de gerações é acompanhado passo a passo pelo de gênero na competição pela liderança e pela manutenção de identidades socialmente reconhecidas como válidas.

O desemprego masculino tem sido mais crônico, assim como menos flexível a disposição dos homens na aceitação de trabalhos alternativos, de pouca remuneração. Ter uma profissão reconhecida e não encontrar colocação no mercado de trabalho faz dessa pessoa uma vítima social do desemprego antes de qualquer coisa, mas esta condição é seguida do fracasso social revelado na incapacidade de obtenção de renda, o que invalida socialmente a pessoa a ponto de desqualificá-la quando a situação de desemprego perdura. Passa a ser ela, nesses momentos subseqüentes, a responsável por sua situação, aquela que não foi capaz de arranjar trabalho. Esta situação desqualifica a pessoa em sua condição de macho adulto, portanto, de sua função social e de sua condição de pessoa socialmente válida.

Diante das novas gerações e da mulher, o homem desempregado e sem renda é um peso morto e um complicador a mais para o conjunto do grupo, não raro dado ao uso de álcool e tabaco que exigem esforços de familiares para o provimento dessas necessidades, implicando em dependência que se torna progressivamente penosa para todos, sobretudo pelos efeitos morais que refletem os hábitos decadentes.

O macho adulto sem renda é um ser fracassado; incapaz de se assumir como um adulto válido, inclusive em sua sexualidade, já que se torna incapaz de ser responsável por filhos que porventura tiver com eventual ou eventuais companheiras. Mães solteiras e de pouca idade se multiplicam e constituem famílias parciais com suas

próprias mães e outros parentes, gerando uma sociedade familiar, centrada nas mulheres mais velhas e estabelecidas como profissionais a amparar as mais jovens engravidadas que parem seus filhos ainda adolescentes.

A crise da família é mais que uma crise do trabalho, mas tem nesta a sua identidade imediata. Não é possível o desenvolvimento de processos efetivos de socialização em ambientes extremamente carentes de bens materiais, a começar pela moradia: exígua e precária, e tudo o mais que configura o grupo familiar na vida cotidiana, em que a escassez se liga às necessidades insatisfeitas de cada membro do grupo na pluralidade das demandas diárias, de cada momento. As brigas, o embrutecimento das pessoas, a perda de referenciais afetivos, substituídos por outros conflituos, vão minando as relações sociais, desqualificando as pessoas que se mostram socialmente fracassadas, incapazes de atendimento às expectativas reais e desejadas dos mais diferentes membros da família, sobretudo dos mais jovens.

Sennett (2001, p. 41) chama a atenção para certos modelos explicativos da crise de autoridade, dentre os quais o de Freud é básico, mas a ele se segue o da Escola de Frankfurt, cujo trabalho coletivo “autoridade e família” só foi parcialmente traduzido para o inglês, sob a organização de Theodor Adorno depois da Segunda Guerra Mundial. Para Sennett, Horkheimer, na obra original, registrou que:

à medida em que se desgastaram os controles do pater famílias burguês no século XIX, passou-se a esperar que o Estado entrasse em cena e funcionasse como um substituto – tema recentemente retomado por Cristhopher Lasch em seu livro *Haven in a heartless World* [Refúgio num mundo desalmado].

Essa esperança é enfatizada em relação à escola, como já dito, cabendo à instituição escolar o papel disciplinar da velha família burguesa, mas uma outra ordem de fenômenos se apresenta quando se analisa mais detidamente a crise de valores, assim Sennett (2001, p. 41) destaca o fato de que:

Aquilo que as pessoas se dispõem a acreditar não é uma simples questão de credibilidade ou

legitimidade das idéias, regras e pessoas que lhe são apresentadas. É também uma questão de sua própria carência de crer. O que elas querem de uma autoridade é tão importante quanto o que a autoridade tem a oferecer. E, como aspecto destacadamente frisado na obra de Max Horkheimer, a própria carência da autoridade é moldada pela história e pela cultura, assim como pela predisposição psicológica.

A questão da legitimidade assume importância maior, tal como formulado por Sennett: “o dilema da autoridade em nossa época, o medo peculiar que ela inspira, está em nos sentirmos atraídos por figuras fortes que não cremos serem legítimas” (p. 41). Quando a este aspecto a imagem da autoridade, tanto aquela do domicílio, quando a de ocupantes de posições de mando na esfera pública, são postas em dúvida em termos da legitimidade, na falha de correspondência entre o que se espera como crença e o que se tem como realidade experimentada.

A família incapaz de resolver os seus problemas – na verdade os problemas que os jovens vão se constituindo ao longo do tempo e à medida que se tornam adultos – que primariamente se situam na esfera dos bens materiais e, em seguida, nos imateriais e simbólicos, necessários à vida social; a escola, instituição também incapaz de dar ao jovem o encaminhamento esperado pela família, que em última instância seria o de lhe assegurar a entrada tranqüila no mercado de trabalho, capacitado para o desempenho de funções, mas, sobretudo moldado para realizá-las a contento, como disposição, assim como no dizer de Heidegger (2001, p. 29) “dis-ponibilidade”.

A crise da autoridade da família se faz acompanhar de uma crise existencial mais ampla de localização e situação do jovem no cenário social, em que o novo indivíduo, formado a partir de uma consciência de si mesmo, se impõe como crença em outros valores; Sennett (2001, p. 124) destaca que:

A disciplina da pessoa autônoma de hoje é bem diferente. A autonomia provém da expressão de si mesmo, e não da abnegação. Quanto mais o sujeito expressa tudo de si, tanto seus prazeres quanto suas habilidades, mais bem formado ele é. Para nós, a disciplina significa organizar e orquestrar essa panóplia de recursos internos a fim de que ele tenha coesão. Nossa tarefa não é repri-

mir parte da psique, mas dar forma ao todo. Por isso é que nos dispomos a submeter cada vez mais as atividades de nossa vida ao treinamento formal. Compramos manuais sobre o sexo, treinamento da assertividade ou 'administração do lazer', não por sermos consumidos pela luxúria, pela ira ou frivolidade, como pensariam os vitorianos, mas por questões de desenvolver nossas aptidões. Socialmente, essa formação e treinamento da totalidade do eu tem um objetivo: eles fazem do sujeito uma pessoa que os outros notam.

No vasto campo das contradições da sociedade contemporânea, a desarticulação de modelos tradicionais não é acompanhada de outros modelos que imitem ou reproduzam a velha ordem social, mais abstrata em sua concepção que realmente concreta em seus efeitos, mais uma imagem de equilíbrio e harmonia nas evocações nostálgicas do que realidade histórica experimentada.

A velocidade das mudanças e transformações; a profusão do produzido e da produção em processo aceleram a dinâmica da sociedade como um torvelinho em que todos ficam tontos com os múltiplos e intemporais envolvimento na vida social; todos se tornam apropriados por uma força magnética de atração e repulsão e lançados na espiral do redemoinho que tanto projeta como suga, submergindo em afogamentos sucessivos até a exaustão de todas as possibilidades.

NÃO FOI POR TODOS...

Assim como Cristo, no calvinismo, não morreu por todos, o capitalismo também não é para todos. O paradoxo que propõe, para além daquele mais geral formulado por Latour (1994, p. 37), em que a sociedade "*nos ultrapassa infinitamente*", é o de sermos, agora, excessivos mais do que fomos no passado; gente demais para alcançar o paraíso da sociedade do consumo.

O complexo mundo contemporâneo suprimiu a escassez com a superprodução, mas limitou excessivamente as possibilidades de obtenção de renda por vias formais, forçando uma parcela significativa da população a dedicar-se a atividades informais, clandestinas e dentre elas as crimino-

sas. Se neste campo a violência se estabelece como modo de ser e de fazer, torna-se um componente dessa forma de obtenção de rendimentos, a exemplo do chamado crime organizado, em que um de seus ramos mais ostensivo é o tráfico de drogas.

Mas não se resume a violência ao criminal, a violência difusa, na universalidade das classes sociais, mas também a violência da pobreza, esta própria condição como expressão de violência e nela as violações do ser em uma pluralidade de dimensões no cotidiano de vida.

A espacialização na ocupação urbana é ecologicamente estabelecida, não por uma atração de iguais, mas pela imposição via mercado das localizações, na lógica da segregação social a separar ricos dos pobres, remediados dos não remediados, campos de concentração, disposição de seres humanos de acordo com a classe, como castas, a marcar definitivamente as identidades.

Assim foram criadas as periferias, e nelas o ser periférico se distancia da centralidade de todas as coisas, uma poderosa força magnética de repulsão o mantém distante das coisas boas e belas, do supérfluo; fica apenas com o básico, e nem sempre é esta a medida de sua sorte. A rica sociedade capitalista oferece, generosamente, aos pobres a pobreza e os acusa de fracassados, de perigosos e de desperdício social da riqueza acumulada. Definitivamente, Cristo não morreu por todos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Tradução Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ELIOT, T. S. Terra desolada. In: *Obra completa*: Volume I Poesia. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: Arx, 2004.
- ESPINHEIRA, Gey et al. *Sociabilidade e violência*: Criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004. 204 p.
- _____. Proximidade e intolerância. In: *A outra face da moeda*: violência na Bahia./Nelson de Oliveira, Luiz Mulert S. Ribeiro, Jose Carlos Zanetti (Org.). Salva-

dor: Comissão de Justiça a Paz, 2000.

FREUD, S. *Mal-estar na civilização*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In Ensaio e conferências. Tradução Emmanuel Carneiro Leão... *et al.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MILLER, D. W. *Pokin holes in the Theory of "Broken Windows"*. <http://chronicle.vaitcom/free/v47/i22/22a01401.htm>. (February 9, 2001).

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ONFRAY, Michel. *A razão gulosa: filosofia do gosto*. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e Post Scriptum*. Tradução Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. *Travessias: a adolescência em Novos Alagados*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SENNETT, Richard. *Autoridade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da miséria*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução M. Irene de Q.F. Szmrecsányi e Tamás J.M. K. Szmrecsányi. 3ª. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

(Recebido para publicação em novembro de 2005)

(Aceito em dezembro de 2005)